ATA N.º 1542/12

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e doze, reuniu-se o Legislativo Municipal, em *Sessão Ordinária,* presidida pelo Vereador Marcos Roberto Gehlen-Tuco (PT) e secretariada pelo Vereador Joacir Vanderlei Menezes da Silva (PMDB). Presentes os demais Vereadores: Ari Arnaldo Müller (PDT), Carlos Einar de Mello–Naná (PP), Iria Therezinha Camargo Nessy (PPS), José Alfredo Schmitz (PMDB), Laureno Aloísio Renner (PSB), Marcelo Petry Cardona (PP), Roberto Braatz (PDT) e Rosemari Almeida (PP). Às dezessete horas e cinco minutos, em atendimento ao § 3. º do art. 60 do Regimento Interno, o Presidente declarou aberto os trabalhos, solicitando ao Secretário que procedesse a leitura do salmo bíblico e do Resumo da Ordem do Dia da Ata anterior – 1541/12 – que foi devidamente aprovada. Após, foi lido o Expediente e dado seu destino. Na sequência, teve início a Hora dos Oradores. *O único a se manifestar foi o* **Vereador Marcelo Cardona***, nos seguintes termos:* Hoje pela manhã, na Câmara, houve uma reunião com a direção da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, solicitada através de Requerimento assinado por todos os Vereadores, para discutir e nos informarmos a respeito do contrato celebrado com a Prefeitura. Primeiro relataram as obras realizadas até o momento. Dentre as de maior impacto, as das Estradas Reynaldo Hörlle e Selma Wallauer. Também todos os investimentos e ligações de água feitas, sendo que foram solicitadas somente cinco ligações de água na Estrada Reynaldo Hörlle, depois de todo o investimento feito. Depois de feito o investimento, as pessoas não manifestaram interesse em ligar a água da Corsan. Na Estrada Selma Wallauer foi colocada sessenta ramais de ligação de água e apenas dez pessoas fizeram a ligação. Há um investimento público de mais de trezentos mil reais em ligação de água, mas em contrapartida não existe interesse das pessoas em ligar a água. Foram citadas obras previstas até o final do ano, as quais já deverão iniciar, dentre elas, a da Rua Getúlio Vargas, onde serão colocados dois mil duzentos e cinquenta metros de rede. Na Rua Osvaldo Aranha serão mais mil e setecentos metros. A estrada da servidão, Rua Campos Netto, são trezentos e cinquenta e quatro metros. Na Travessa Antarctica, duzentos metros. Rua Braulino de Azevedo são seiscentos metros. Na Rua Uruguai, dois mil e seiscentos metros. Na Travessa das Laranjeiras, cento e sessenta metros, e na Rua Assis Brasil, duzentos e quatro metros, perfazendo o total de oito mil e cento e trinta e oito metros de ligação de água. Além disto, a informação de que dificilmente este ano será feito rede da localidade de Rua Nova. Foi um compromisso da Corsan de fazer, mas dificilmente acontecerá neste ano. Também questionamos a respeito da localidade de Porto Garibaldi, que dificilmente acontecerá este ano. Existe um esforço da Corsan em fazer ainda este ano, mas não há garantia de que aconteça. A Corsan anuncia três grandes programas novos: a criação e a instalação da Coordenadoria Operacional de Montenegro, que faz parte do pacote de projetos com os quais a Corsan se comprometeu em contrato. Ficará nas proximidades do Instituto de Educação São José e do Morro São João, onde será construído prédio para abrigar a

Coordenadoria Operacional de Montenegro, dando conta do contrato para o abastecimento de água e esgoto em Montenegro. Além disto, investimento em torno de novecentos mil reais para a recuperação asfáltica, que ainda este ano será feita nas ruas Dr. Bruno de Andrade, Cel. Apolinário de Moraes e Flores da Cunha. Também será aberta licitação para ampliação da rede de esgoto, onde há o compromisso de ampliar doze quilômetros de rede durante o ano de dois mil e treze, o contrato estipula mil metros por mês, perfazendo um investimento de mais de duzentos mil reais por quilômetro. Além disso, a constituição do Fundo, que já está em funcionamento e é bipartite, entre Corsan e Prefeitura de Montenegro. Compõe–se de três representantes da Corsan: o Diretor, Alexsander Pacico; o Gerente local, Fernando Orth; e o Vanderlei, representando a Corsan. Por parte do Município, o Secretário Municipal de Gestão e Planejamento, Paulo Zang; o Secretário Municipal da Fazenda, Júlio Hoffmeister; e a Secretária Municipal de Obras Públicas, Karina Leser Daudt. Esses são os seis representantes que administram o Conselho, que é consultivo e deliberativo, do Fundo, o qual já tem hoje depositado, no Banrisul, conforme contrato que é cinco por cento do que é arrecadado pela Corsan, mais de duzentos mil reais, sendo que quinze por cento deste valor, em torno de trinta mil reais, já disponíveis no Fundo para investimentos em educação ambiental, que estarão disponíveis para serem aplicados pela Prefeitura de Montenegro a partir do momento em que houver um projeto e o Conselho possa liberar estes recursos. São informações importantes, e solicitamos que a Corsan, passado o período eleitoral, fizesse uma apresentação do plano que determina como vai acontecer gradativamente a implantação da rede de esgoto para a população de Montenegro, devido ao impacto que isto vai causar na cidade, sendo que, num primeiro momento, existe dificuldade de entendimento por parte da população, por serem obras de grande vulto e que acabam mexendo com a vida das pessoas no seu dia a dia. Ao contrário do que tenho ouvido, que já no início de dois mil e treze a Corsan começa a fazer obras no município de Montenegro, provavelmente estas obras iniciam somente em dois mil e catorze, pois existe o período de um ano e meio para elaborar o projeto, o qual ainda está em execução, definindo como vão ser realizadas as obras. Essa reunião foi bastante elucidativa também, porque a Corsan trouxe para nós a gratidão com a Câmara de Vereadores, renovada por seu Diretor, de que se não fosse o Poder Legislativo não teríamos este contrato com a Companhia, ao contrário do que tenho ouvido de alguns candidatos a Prefeito de Montenegro, de se colocarem como responsáveis, como se eles tivessem feito a aliança, que houve a união de dois Partidos concorrentes à Prefeitura de Montenegro para efetuar o contrato com a Corsan. Relembramos ofício entregue, no dia vinte e oito de abril de dois mil e onze, e protocolado o recebimento pelo Vice-Prefeito, quando ocorreu a última tentativa da Corsan conversar com o Prefeito Municipal. Como não conseguiram, recorreram a esta Casa para que pudéssemos fazer alguma coisa. Após a garantia, na sala de reuniões, do Presidente da Corsan de que não mudaria esta proposta ao Poder Executivo a partir do momento em que votássemos contra o processo de privatização da água, eles manteriam a mesma proposta. Com a garantia do Presidente da Corsan, tomamos a decisão de votar contra o projeto, derrubando-o,

e a partir desse momento a Corsan começou a ter um diálogo com o Poder Executivo. Por que relatei todas essas obras e estou dando publicidade ao que está acontecendo? Para que não aconteça o mesmo que em relação ao contrato da Corsan. Existem obras que vão acontecer na cidade e que não tem padrinho, tipo "eu asfaltei", "eu levei água para Rua Nova", "eu estou levando água para Porto Garibaldi", "eu estou levando água para a Estrada Reynaldo Hörlle". Existe um compromisso, existe uma previsão, e também questionamos como se dão estas demandas, quem determina de que forma estas obras vão acontecer. A via de definição dos investimentos por parte da Corsan tem uma série de portas de entrada. Uma delas, da Corsan, é a substituição de redes que a própria Corsan identifica sua necessidade de substituição A partir do momento em que está no campo, nas ruas e vê sua necessidade, ela determina este tipo de investimento, a substituição das redes apontadas pela Corsan. As ampliações acontecem por solicitação de usuários diretamente à Corsan, acontecem muitas vezes por demandas do Poder Executivo, e acontecem pela população em geral, inclusive a Câmara de Vereadores, que pode demandar à Corsan quando existe alguma necessidade de ampliação de rede de água, solicita-se à Corsan. Fiz referência a isto de uma forma veemente à direção da Corsan, para deixar marcada também esta posição, pois tenho dito repetido por diversas vezes nesta Tribuna, que é a participação, não do Vereador Marcelo Cardona, da Vereadora Rosemari ou do Vereador Marcos Gehlen, enfim, de todos os Vereadores, mas do conjunto dos Vereadores, que este Poder Legislativo foi o grande responsável para que isto, efetivamente, acontecesse no município de Montenegro. Não vamos permitir que algumas manifestações passem como verdade, quando o que aconteceu foi que a Câmara de Vereadores, a partir do momento em que derrubou o projeto de privatização da água, é que existiu o diálogo entre a Corsan e a Prefeitura Municipal de Montenegro. A reunião foi muito produtiva. Marcada, solicitada nova pauta após o período eleitoral, para que possamos ter mais informações sobre como vai transcorrer este processo até a implantação da rede de esgoto e dos investimentos que serão feitos no Município. Relatava também, de forma curiosa, uma preocupação grande da Corsan, que deu como exemplo o município de Tapes, onde a Corsan fez um investimento de doze milhões de reais e a arrecadação em esgoto é de mil e quinhentos reais por mês. Atualmente, o Prefeito está solicitando um investimento de mais dez milhões de reais, e a Corsan não vai fazer porque fez toda a rede de esgoto e as pessoas não ligam à rede de esgoto. É a preocupação também com os investimentos na água. Fazem as redes de água e as pessoas não querem a rede de água. Um dos problemas na localidade de Rua Nova é justamente este: as pessoas não querem a rede de água. Tem a necessidade da escola, mas os moradores não querem a rede, querem continuar usando o poço artesiano por conta do custo da água. Tem que ser trabalhada a comunidade antes disso, porque não adianta fazer o investimento público, que é dinheiro nosso e depois as pessoas não querem ligar, a exemplo da preocupação demonstrada pelo Gerente da Corsan, Fernando Orth, com o caso da Estrada Reynaldo Hörlle, em que foram investidos cento e trinta mil reais e apenas cinco ligações de água foram feitas. Hoje eles deixam os ramais à beira da estrada e os colocam mais alto, para

fazer a fiscalização, porque, se deixam embaixo, as pessoas ligam, sem autorização da Corsan. Por exemplo: na Rua Cel. Apolinário de Moraes, onde a Corsan teve de fazer um corte na própria tubulação de água, na qual existia há seis meses o "gato", as pessoas pegam a água gratuitamente. Manifestadas estas preocupações por parte da Corsan, penso que assim como com relação ao Hospital Montenegro, sobre o qual temos feito reuniões mensais, a gente pode propor, não mensalmente, mas de tempos em tempos que a Câmara de Vereadores tenha este leque de informações, que nos ajuda a informar às pessoas adequadamente sobre como elas devem fazer, quem elas devem procurar, de que forma acontecem os investimentos, como podem pleitear uma ligação de água, quais são os compromissos da Companhia e onde serão aplicados os recursos provenientes deste contrato. *Em aparte, o Vereador Roberto Braatz:* Gostaria de salientar que o investimento em Rua Nova foi decorrente da presença do representante da localidade aqui no Poder Legislativo, onde a Presidente da Associação manifestava a necessidade, em sua visão, de investimento da Corsan naquela área, até porque, ao que me parece, não sei se a vazão não era adequada, sobretudo na escola, e tinha esta preocupação. Fomos realmente parceiros, inclusive para incluir Rua Nova como condição para rejeitarmos o projeto do Executivo em renovar com a Corsan a inclusão da localidade de Rua Nova no fornecimento de água por parte da Companhia. *O orador retoma a palavra*: O diretor Pacico relatou vários casos, em vários municípios, da dificuldade efetiva de mudar a cultura, de trabalhar esta questão da ligação de água como um grande ingrediente de saúde pública, pelo cloro, pelo que vai à água. Até solicitou, como indicador, verificar que as maiores causas de doenças que acontecem naquela localidade são provenientes de quê, para poder convencer as pessoas da ligação da água. *Encerrada a Hora dos Oradores, o Presidente determinou que se prosseguisse a Sessão com a Ordem do Dia, pedindo ao Secretário que fizesse a leitura da matéria a ser votada:* 1. *Pedido de Informação n.º 082/12, do Vereador Ari Müller*: Tendo em vista o processo junto ao Ministério Público de Portão/RS, que corre em sigilo de justiça, aberto pela Comissão para Tratar dos Assuntos Referentes às Cheias de Montenegro, bem como a sugestão do Promotor, em mais de uma oportunidade, de que o município de Montenegro ingresse na ação ou estude, sendo o caso, outros mecanismos jurídicos necessários para a obtenção de sua pretensão de reduzir as cheias do Rio Caí, questiono: O Município tem a intenção de ingressar com ação própria ou integrar o processo em andamento junto à Promotoria de Portão? Caso negativo, por quê? **Levado o Pedido à votação, foi aprovado por nove votos.** 2. *Parecer da Comissão Geral de Pareceres n.º 110/12, favorável ao Projeto de Lei n.º 100/2012, do Executivo Municipal,* que ratifica o Termo de Adesão ao PEAS, inclui ação na LDO 2012 e abre crédito especial de R$ 10.571,00 (projeto OASF-Orientação e Apoio Sócio-Familiar). **Levado o Parecer à votação, foi aprovado por dez votos.** 3. *Parecer da Comissão Geral de Pareceres n.º 111/12, favorável ao Projeto de Lei n.º 022/12, do Vereador Roberto Braatz,* que denomina Rua Dr. Hubert Flach um logradouro público. **Levado o Parecer à votação, foi aprovado por nove votos.** *Terminada a Ordem do Dia, passou-se às Explicações Pessoais.* **Vereador José A. Schmitz:** Chamou-me atenção o Pedido de

Informação apresentado pelo Vereador Ari Müller com referência à questão do Rio Caí e Ministério Público, envolvendo o Município. Participei de três audiências sobre isso com o Ministério Público de Portão e de muitas outras com o de Montenegro, que vistoriou o local, dentre outros trabalhos. *Faz a leitura de ofício da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:* "Em vinte e seis de maio de dois mil e dez, o Vereador José A. Schmitz esteve na Promotoria de Justiça Especializada, apresentando preocupação quanto ao fato de que a construção de um dique com extensão de aproximadamente mil metros por quatro metros de largura, com a finalidade de plantação de arroz às margens do Rio Caí, no município de Capela de Santana, Comarca de Portão, de responsabilidade de Geraldo Emozildo Wolmann, estaria provocando aumento no volume das cheias em Montenegro. Na reunião, o Vereador trouxe cópias de documentos referentes a uma Ação Civil Pública ajuizada pela Promotoria de Justiça de Portão, já com sentença de procedência, visando retirada do dique. Ainda de acordo com o Vereador, Geraldo seria responsável apenas por parte do problema. A questão foi levada à discussão na reunião da Rede Ambiental do Rio Caí, restando acertada a realização de vistoria conjunta entre as promotorias de Portão e Montenegro, com acompanhamento do departamento técnico do Ministério Público e da Patrulha Ambiental da Brigada Militar – Patram, que de fato ocorreu em primeiro de outubro de dois mil e dez. Então, a Promotoria de Justiça de Portão encaminhou cópia do relatório de vistoria realizado pela Divisão de Assessoramento Técnico, dando conta de que o Senhor Geraldo cumpriu parcialmente o determinado em sentença, tendo realizado o dique, mas não o retirado integralmente, e que está até hoje faltando ainda a recuperação das margens do curso de água, com recomposição de Área de Proteção Permanente – APP. A Divisão esclareceu, ainda, não ser possível afirmar conclusivamente que a construção do dique tenha sido responsável pelas inundações em Montenegro. Sem a elaboração de estudos técnicos detalhados que avaliem a influência do dique no regime hídrico do Rio Caí, muito embora seja plausível tal hipótese. Da mesma forma, não haveria como se afirmar conclusivamente que a retirada do dique auxiliaria na diminuição das enchentes, apesar de igualmente ser uma hipótese plausível. Ao final, informou que, além do objeto de investigação, haveria outros trechos de diques e outras intervenções realizadas na área investigada que deveriam ser objeto de desfazimento para recomposição da planície de inundação original do Rio Caí, no trecho avaliado. Considerando os termos do Relatório de Vistoria retro mencionados e considerando também as regras de competência territorial, forçoso concluir que, muito embora tenham sido identificadas construções a impactarem as margens do Rio Caí, as mesmas se localizam em Capela de Santana, portanto merecem análise das autoridades ambientais com atuação naquele município. No bojo das investigações encetadas pelos órgãos competentes, poderão ser realizados estudos técnicos necessários para se aquilatar a extensão dos impactos ambientais, e consequentemente aferir se há efetiva influência nas cheias de Montenegro". Em outros termos, esta resposta diz que o dique foi construído aqui bem próximo, e a estrada que existe há muitos anos foi levantada. Trata-se de um dique formado na estrada que não foi desfeito, e que deverá ser desfeito. Fiz tais colocações na

época, além de questionamentos aos geólogos que estiveram no local. O município de Montenegro não tem competência para fazer projeto que seja dentro da área do município de Capela de Santana. Marquei uma audiência no Departamento de Recursos Hídricos do Governo do Estado. Recentemente, em audiência pública, ficou determinado que o Estado tivesse recursos, através da Secretaria, para que seja feito projeto que abranja o conjunto da Bacia Hidrográfica do Rio Caí. Este é o problema: Montenegro não pode fazer projetos, executar obras, dentro do município de Capela de Santana, mas no local aconteceram os danos ambientais, trata-se de uma planície que recebia as cheias do Rio Caí em que foi bloqueada a passagem, a qual hoje não existe mais, há uma plantação de arroz. Os técnicos, no documento, afirmam que é plausível dizer que sim. Agora é preciso de um laudo que estime o volume de água, além de outros dados técnicos, para dizer exatamente a quantidade de água que vem para Montenegro e não vai para a planície. Estive também participando destas reuniões, e hoje existe uma comissão. O assunto "enchente" é muito moroso. Há quantos anos se fala nisto, existem projetos feitos em mil novecentos e cinquenta e nove, e se discute todos os anos. Especialmente nos períodos eleitorais, o assunto "enchente" vem à tona. Há uma comissão formada por pessoas da comunidade que estão trabalhando fortemente neste projeto, o qual acho bem importante, baseado nas informações contidas no laudo emitido pelo Ministério Público, onde este sugere que seja contratada uma empresa que diga tecnicamente: o volume de água, a quantidade de água que vem para Montenegro e que poderia ocupar a planície. Ocorre que havia um arroio, uma sanga que cortava a planície, a qual foi fechada, não existe mais a passagem da água, ela foi fechada e a estrada levantada, se transformando em um dique na diagonal. *Em aparte, o Vereador Marcelo Cardona:* Parece que existe um Requerimento na Câmara, de reunião para apresentação do projeto, que foi suspenso, não sei se esta reunião vai acontecer. *O orador retoma a palavra*: Os dados foram apurados por um departamento especializado do Ministério Público. Procurei o Ministério de Portão e me disseram que o caminho é Montenegro. Vim para Montenegro, apresentei denúncia oficialmente, e foi feita a ação em conjunto com o Ministério Público de Montenegro, feita a vistoria no local, constatada a plausibilidade de que realmente ocorra, mas tecnicamente eles não têm condições de dizer qual o volume de água. Por isto a necessidade de um estudo mais técnico, que não é barato, é bem caro para ser feito, e é dentro do município de Capela de Santana, não é nada em Montenegro. Então, o Município de Montenegro não pode contratar este serviço para ser executado em outro município. *Encerradas as Explicações Pessoais,* o Presidente convidou os Vereadores para reunião da Comissão Geral de Pareceres, na terça-feira, às oito horas e trinta minutos; Sessão Ordinária, na quinta-feira, às dezessete horas, seguida de Sessão Solene alusiva à Semana da Pátria e aos 40 anos da Unimed Vale do Caí, às dezoito horas e trinta minutos; encerrando a presente sessão às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, lavrando para constar esta ata. *Sala de Sessões, 30 de agosto de 2012.....*

Ver. Joacir Menezes
1.º Secretário

Ver. Marcos Gehlen -"Tuco"
Presidente